

DECOLONIZAÇÃO E OUTROS PROJETOS EPISTEMOLÓGICOS PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO¹ DECOLONIZATION AND OTHER EPISTEMOLOGICAL PROJECTS FOR THE FIELD OF COMMUNICATION

Otávio Daros ²

Resumo: *Reinvenções por decolonização, mas também por desocidentalização e cosmopolitização têm ganhado espaço na agenda regional e internacional do campo acadêmico da Comunicação. Em comum, apresentam-se como críticas ao centrismo euro-estadunidense na produção de conhecimento e, por isso, não raro são empregadas como sinônimos mundo afora. Esse artigo de análise conceitual pondera que essa percepção está equivocada. Examinando comparativamente textos de referência internacional das três correntes, argumenta-se que se referem a projetos epistemológicos, que apesar de conexões, possuem diferenças significativas, de certa forma até inconciliáveis. Sem a intenção de fornecer uma resposta pronta, mas dialética para a discussão da internacionalização, este trabalho sistematiza pontos de vista e coloca desafios que convidam a repensar a idealização de um campo comunicacional verdadeiramente global.*

Palavras-Chave: *Decolonialidade. Desocidentalização. Cosmopolitismo..*

Abstract: *Claims for decolonization, but also for de-westernization and cosmopolitanization, have gained space on the regional and international agenda of the academic field of Communication. In common, they present themselves as critiques of Euro-US centrism in knowledge production and, therefore, are often used synonymously worldwide. This conceptual analysis article shows that this perception is mistaken. By comparatively examining international reference texts from the three currents, it argues that they refer to epistemological projects which, despite connections, have significant, and in some ways irreconcilable, differences. Without intending to provide a ready-made, but rather dialectical, answer to the discussion of internationalization, this work systematizes points of view and poses challenges that invite a rethinking of the idealization of a truly global communication field.*

Keywords: *Decoloniality. De-Westernization. Cosmopolitanism.*

1. Introdução

Um marco internacional para a comunidade da Comunicação foi a fundação em 1957 da IAMCR, então denominada Association for Mass Communication Research, que por muito tempo, hoje se reconhece, não passou de um empreendimento essencialmente europeu-

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, enquanto Pesquisador de Pós-Doutorado do CNPq. Contato: otavio.daros@gmail.com.

estadunidense (NORDENSTRENG, 2008; MEYEN, 2016). E cuja gestação se deu por meio da Unesco, agência da ONU que, criada em 1945, veio a desempenhar um papel chave na articulação de políticas internacionais para a formação de jornalistas ao redor do mundo, assim como para o desenvolvimento científico de projetos pelos quais a “comunicação internacional emergiu como objeto de investigação acadêmica” (CHALABY, 2007, p. 62).

Sob o mote do intercâmbio e da cooperação internacional, as potências ocidentais exerceram, por conjectura, uma influência virtualmente global na constituição do referido campo de conhecimento. Ou seja, ao mesmo tempo que serviram de inspiração, ditaram modelos e parâmetros para o início do ensino e da pesquisa em jornalismo, depois em comunicação, no restante do mundo. Modernização e difusão de inovações foram conceitos-chave de teorias patrocinadas na passagem para a década de 1960, combinadas com esquemas metodológicos para fins de análise de conteúdo e mensuração dos efeitos da mídia de massa, os quais foram traduzidos, exportadas e replicados da América Latina ao Extremo Oriente (MARQUES DE MELO, 1972; ITO, 1987).

Tempos depois de introduzidas, essas concepções de ciência e progresso tecnológico tornaram-se alvo de repulsa, sendo imputadas ao domínio do *imperialismo cultural*, compreendido como extensão da ordem político-econômica hegemônica (MATTELART, 1976). Nos países do então denominado Terceiro Mundo, esse denunciamento encontrou amparo em doutrinas do pensamento europeu, em especial o marxismo. De modo que hoje se poderia interpretar tal movimento reativo ao projeto imperialista ianque à luz de uma “dialética negativa da decolonialidade” (DAROS; RÜDIGER, 2022), uma vez que sua gestação não foi localmente independente, mas mediada pela intelectualidade europeia.

Todo esse intercâmbio de pessoal e ideias, que subjaz à internacionalização, não deve ser compreendido, portanto, como um campo neutro, livre de tensões, mas de poder, com diferentes forças desiguais em interação. A despeito das assimetrias, a emergência de uma ordem mundial multipolar – puxada por China e Índia – têm pressionado e beneficiado modelos de internacionalização menos verticais e mais horizontais entre Ocidente e Oriente, Norte e Sul Global.

Também no campo de estudos da Comunicação, a nova dinâmica geopolítica propiciou a entrada na agenda acadêmica de conceitos como *decolonialidade*, *desocidentalização* e *cosmopolitismo*, em meio à repaginação de antigas noções e a proposição de novas. Isso porque ao mesmo tempo que assim se apresentam, fazem-nos lembrar de outros repertórios

em voga na segunda metade do século passado: estudos *pós-coloniais* e *subalternos*, ou mesmo da crítica ao *imperialismo cultural*, que reacende de tempos em tempos, agora problematizando o capitalismo global a partir do fenômeno da mídia digital e suas plataformas (BOYD-BARRETT; MIRRLEES, 2020).

Enfim, uma variedade conceitual que se imbrica com as demandas por *desocidentalização* e *decolonização*, apontadas, por sua vez, como estratégicas para repensar o campo de conhecimento, em sintonia com a nova realidade global e seus movimentos de reparação histórica. Transformando conceitos em categorias de análise, tem-se passado em revista desde os currículos dos cursos aos comitês das associações e dos periódicos, a fim de dimensionar as assimetrias e problematizar a falta de representatividade na área (GANTER; ORTEGA, 2019; ALBUQUERQUE *et al.*, 2022; MARQUES *et al.*, 2025).

Todavia, como observam os mais atentos, esse conjunto de termos, embora já relativamente incorporado ao vocabulário acadêmico, segue carecendo de precisão conceitual. “Na literatura, o tema tem sido frequentemente mencionado, mas pouco discutido sistematicamente” (WANG, 2011, p. 3), de modo que “seus significados estão longe de ser óbvios” (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 363). Problema que em parte decorre, pode-se considerar, do fato de seus propositores estarem muitas vezes mais interessados em vender uma ideia, do que ponderar suas limitações, testando sua coerência conceitual à luz de definições anteriores e correlatas.

O que se quer com este artigo de análise conceitual comparada é contribuir para o esclarecimento e discussão crítica do assunto. Para tanto, optou-se por revisar e cotejar textos que compõem uma espécie de “cânone emergente” das referidas correntes, com o cuidado de prestar a atenção não só para as semelhanças entre elas, mas também para as diferenças, em vez de apagá-las. Faz-se isso sob o questionamento: até que ponto os projetos epistemológicos que subjazem esses conceitos são complementares e/ou divergentes?

O enfrentamento dessa questão importa sob risco de cairmos em usos terminológicos cada vez mais vazios, aplicações desconexas com o que tais reivindicações epistemológicas pregam, tendo em vista a ambição das mesmas de orientar debates reformadores ou até refundadores do campo. Alguns colegas de fora já alertam para as consequências desse emprego indiscriminado, até oportunista, de termos como *decolonialidade*, convertendo-o em modismo despolitizado (LECHUGA; ASWAD, 2024; BOSCH, 2025).

Para jogar alguma luz sobre essa problemática, o artigo destrincha individualmente cada uma das três abordagens em tela (*desocidentalização*, *cosmopolitização* e *decolonização*), passando em seguida para a discussão comparada. Como o exame evidencia, os projetos epistemológicos, ainda que muitas vezes correlatos, apresentam diferenças significativas entre si, chegando a ser inconciliáveis em teoria e prática. Os antagonismos crescem e oscilam à medida que se constata que as correntes não são unitariamente homogêneas. Quer dizer, seus formuladores não estão necessariamente reivindicando e defendendo o mesmo, ainda quando empregam um conceito de mesmo nome.

2. Desocidentalização

Embora menos popular no Brasil do que nos Estados Unidos, bem como em países da Europa e da Ásia, observa-se que a noção de *desocidentalização* despontou internacionalmente na virada para o século XXI, a partir da coletânea *De-Westernizing Media Studies* (2000), organizada por James Curran e Myung-Jin Park. Condensando estudos de caso mundo afora, a proposta foi a de “contribuir para uma ampliação da teoria e da compreensão da mídia, levando em consideração a experiência de países fora da órbita anglo-americana” (p. 9). Mudança essa necessária dentro de um contexto de “globalização, de fim da Guerra Fria, de ascensão da economia asiática, de surgimento de centros alternativos de produção de mídia a Hollywood” (CURRAN; PARK, 2000, p. 2).

Na visão deles, o campo de conhecimento se beneficiaria se reorientasse seu desenvolvimento informado por perspectivas da pesquisa comparada. E o primeiro passo seria encarar com criticidade o legado problemático deixado pelos pioneiros da área, nomeadamente: Fred Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm, autores do clássico *Four Theories of the Press* (1956) – pelo qual a social-democracia ocidental era tomada como exemplo de liberdade de imprensa, em contraste com os regimes comunistas e terceiro-mundistas, resumidos ao problema da censura, propaganda e controle estatal.

Relativizando o deslumbre pelas comparações dos sistemas midiáticos, conforme essa especialidade se sofisticou, preservando sua vocação para a ciência política da comunicação (HALLIN; MANCINI, 2004, 2012), houve quem ponderasse que a questão da *desocidentalização* era antes epistemológica do que metodológica. Herman Wasserman e Arnold de Beer argumentaram que o mero estudo comparado tende a tornar o campo mais inclusivo e diverso, mas não necessariamente o torna menos ocidentalista:

Isso ocorre porque as próprias categorias dentro das quais tais comparações são feitas são frequentemente deduzidas de conceitos que historicamente têm sido centrais para as noções normativas ocidentais, liberais-democráticas, de jornalismo, como objetividade, veracidade e a necessidade de uma imprensa “livre”. O resultado é que outros “jornalismos”, sejam eles africanos, asiáticos ou latino-americanos, são então apresentados em termos de sua correspondência ou desvio em relação às categorias estabelecidas, permanecendo a própria categoria normativa inalterada, mesmo que o desvio não seja visto negativamente (WASSERMAN; BEER, 2009, p. 430).

Isso significa que as pesquisas comparadas internacionais podem muito bem, intencionalmente ou não, antes reforçar do que desconstruir a lógica ocidentalista que caricaturiza o Oriente (ver KHIABANY, 2003). Ou o que Wendy Willems veio a classificar como *des-ocidentalização normativa*, isto é, “o ato de representar ‘o Outro’ a partir do prisma e das normas do ‘Eu’” (WILLEMS, 2014a, p. 8), no caso do Ocidente, já que a tendência epistemológica aqui não é tomar o Oriente como ponto de partida, mas de chegada.

De qualquer forma, fundamental para a estudiosa seria haver uma “mudança de uma abordagem comparativa de sistemas de mídia, em geral normativa, para uma mais descritiva e contextual das culturas de mídia” (WILLEMS, 2014a, p. 18). Ou seja, afastar-se do domínio da ciência política e econômica e dar um giro cultural. Tal como para Georgette Wang, o “primeiro passo para superar o eurocentrismo [...] é ir ao contexto histórico, social, cultural e até mesmo linguístico do local e dos povos originários” (WANG, 2011, p. 13).

Shelton Gunaratne concordaria com isso, de que se deveria investir no resgate dos saberes ancestrais, incorporando-os no que se produz hoje de estudo empírico e hermenêutico. Contudo, tal mudança de abordagem não bastaria, precisando ser acompanhada de um reposicionamento acadêmico e profissional. Os pesquisadores “sulistas” deveriam buscar o protagonismo no campo, via integração e não isolamento em relação à comunidade ocidental internacional, identificando dentro dela oportunidades para benefício próprio, independentemente do seu subcampo de atuação (GUNARATNE, 2010, p. 238-249).

Outros como Tapas Ray (2012) alertaram que a radicalização dessa orientação poderia levar a um movimento *anti-ocidental*, cujo resultado é antes a negação do que a formação de uma intelectualidade crítica, bem-informada. A começar pelo fato da *desocidentalização* tender para a estereotipação das diferentes escolas do pensamento ocidental como se fossem uma coisa só, visto que, a grosso modo, “epistemologicamente,

entende-se que se pauta nas premissas do positivismo, racionalismo, distanciamento, interesse próprio e individualismo” (GLÜCK, 2018, p. 6).

E, para Ray, nada disso é bem verdade, já que, para ele, faz algum tempo, “uma forte tradição qualitativa e interpretativa tem se desenvolvido no meio acadêmico do Norte – em sintonia, pode-se dizer, com uma tendência geral de afastamento do pensamento modernista unidimensional em outras esferas da vida” (RAY, 2012, p. 245). Ao mesmo tempo, o desdém pelo quantitativo, como supostamente incentivado pelo discurso *desocidental*, não é menos problemático, “pois existem questões importantes que só podem ser respondidas por meio de análises quantitativas ou por meio de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos” (RAY, 2012, p. 245).

Ainda conforme Ray, também haveria que se “examinar a crença – que é uma das justificativas para a desocidentalização – de que os modelos ocidentais de comunicação muitas vezes não fazem justiça às situações comunicativas não ocidentais, mas os modelos indígenas podem”. Pois só “estudos teóricos e empíricos podem determinar a adequação (ou a falta dela) entre modelos ocidentais específicos e situações comunicativas não-ocidentais específicas”. Ou seja, “é preciso não se precipitar na rejeição de teorias de origem ocidental” (RAY, 2012, p. 242), pois sua validade pode independer do seu contexto de elaboração.

Em suma, Ray parte do princípio que “o discurso da desocidentalização deve ser criticado tanto quanto o eurocentrismo e o orientalismo nos estudos da comunicação, e nas ciências sociais em geral, devem ser criticados” (RAY, 2012, p. 242). Quer dizer, ao mesmo tempo que ninguém pode estar acima da crítica e esta não deve ser unilateral, a autocrítica deve ser um exercício comum a todos. Pretende-se com isso fazer “um apelo aos comunicólogos do Sul para que adotem uma abordagem equilibrada” (RAY, 2012, p. 247), para não se tornarem vítimas ou reprodutores de pressupostos que querem se contrapor.

Resumidamente, pode-se considerar que a *desocidentalização* emerge da própria percepção ocidental sobre a importância de abertura do campo, sob o interesse de enriquecer a produção de conhecimento em sintonia com a reconfiguração geopolítica em curso. Uma proposta razoável por trazer benefícios para os dois lados. Visto que tem igualmente servido de mote para estudiosos “sulistas” internacionalizados reivindicarem maior inclusão e representatividade nas associações, periódicos e outros espaços ditos internacionais (ver GANTER; ORTEGA, 2019; DEMETER *et al.*, 2022; MARQUES *et al.*, 2025).

Em meio a pontos de vista comuns e divergentes, verifica-se o predomínio de um discurso moderado que preconiza a integração entre pesquisadores situados no Ocidente e Oriente, em prol de uma agenda global. O que contrasta de certa forma com a própria terminologia adotada, já que a noção de *desocidentalização* pressupõe um movimento que busca libertar uma das partes da dominação hegemônica do outro extremo, que se apresenta como centro. Portanto, a *desocidentalização* tem como ponto de partida o reconhecimento e reiteração da divisão entre os polos, em vez de uma proposta de unificação mundial.

Ademais, o termo é questionável no sentido de representatividade geográfica e cultural. Embora adotado também pela comunidade internacionalizada latino-americana, pode-se indagar se o mesmo faz sentido para se referir à América Latina. A questão do pertencimento geográfico e cultural da região, seja como parte do Ocidente ou do Oriente, não é consensual. Houve quem se aventurou inclusive a repensar a América Latina como “Extremo Ocidente” (ROUQUIÉ, 1992). No fim de contas, noções como *desocidentalização* podem dizer mais a respeito de uma visão externalista e estrangeira sobre a região do que pelos olhos dos seus.

3. Cosmopolitismo

Lideranças da comunidade internacional a exemplo de Silvio Waisbord avaliaram que o melhor seria retrabalhar a *desocidentalização* pelo viés do *cosmopolitismo*, se este entendido como um movimento de abertura progressiva a múltiplas perspectivas transfronteiriças. Nas palavras do ex-presidente da International Communication Association, a *desocidentalização* deve-se aliar a um pensamento acadêmico *cosmopolita* “caracterizado pela sensibilidade a questões e abordagens comparativas” e “pelo engajamento em debates globalizados”, ocupado dos “vários sistemas midiáticos e políticos” (2015, p. 180).

A decisão de inscrever a *desocidentalização* no marco do *cosmopolitismo* tem a ver, portanto, com uma preocupação em relação a uma possível tendência de sobreposição do local em detrimento do global. Uma vez que a *desocidentalização* em si mesma “corre o risco de reforçar o isolamento e a fragmentação acadêmica” (2015, p. 184). E o que se quer é justamente o inverso: no lugar de provincializar, globalizar, pois é isso que “cria condições para aproximar as tradições de pensamento comunicacional e expandir os horizontes intelectuais para além das divisões geográficas e acadêmicas” (WAISBORD, 2016, p. 868).

Mas, assim, não se trataria essa proposta de mais uma teoria da globalização? Aparentemente isso não seria um problema, visto que, em última instância, aperfeiçoa o que

se conhece e pratica por *internacionalização*. Porque a “desocidentalização não se resume simplesmente a acomodar pesquisas e perspectivas internacionais no campo” (WAISBORD, 2015, 180), assim como o *cosmopolitismo* não o faz, sendo compreendido antes como uma “perspectiva globalizada que considera criticamente as diferenças globais para analisar argumentos teóricos e definir questões empíricas” (WAISBORD, 2015, p. 185-186).

Carola Richter e outras colegas nomearam essa abordagem de *deep internationalization*, na qual o global e o local não são concebidos como excludentes, e cujo desafio de pesquisa é trabalhá-los visando sua retroalimentação. Sob a justificativa de que “reconhecer e incorporar epistemologias, temas e metodologias de diversas regiões, contextos e origens ampliará a abrangência e a relevância de nossa disciplina” (RICHTER *et al.*, 2025, p. 7), ao mesmo tempo “alterando lentamente os desequilíbrios estruturais” (p. 14).

Nesse sentido, o *cosmopolitismo* quando informado por uma perspectiva *desocidental*, em seu anseio por um campo mais inclusivo e diverso, fica impossibilitado de abdicar do compromisso pela promoção da justiça social. Dado que é seu objetivo reconhecer e denunciar as desigualdades da produção de conhecimento, bem como “a hegemonia persistente e as aspirações universalistas das perspectivas ocidentais, o fluxo global unidirecional de ideias acadêmicas e a limitada penetração da produção acadêmica não-ocidental no Norte Global” (WAISBORD, 2022, p. 26).

Ademais, o *cosmopolitismo* guarda potencial para ir além da crítica mais óbvia ao provincialismo geográfico, visto que pode ser explorado como um contraponto às fronteiras disciplinares e à crescente tendência de fragmentação e superespecialização dos saberes. O que requer, agora conforme Pablo Boczkowski e Ignacio Siles, “não apenas reconhecer e tentar integrar o trabalho realizado em outros campos, mas também o conceber como uma oportunidade para repensar noções estabelecidas dentro dos domínios disciplinares, a fim de expandir o repertório de ferramentas conceituais” (2014, p. 565).

Ou seja, o *cosmopolitismo* pode ser entendido tanto como um elogio à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade pelo prisma acadêmico, como ao multiculturalismo e ao transnacionalismo pelo ponto de vista geocultural. Idealiza a integração de saberes diversos, em uma situação na qual os produtores de conhecimento estariam em pé de igualdade, independentemente de seu contexto de origem. Mira, portanto, a equidade de oportunidades, visando um campo plural e unificado, dado que as diferenças

não seriam maiores que as semelhanças entre os sujeitos, que, por sua vez, formariam uma comunidade global, inclusive em âmbito acadêmico.

Hanan Badr e Sarah Ganter parecem estar de acordo de que o *cosmopolitismo* combina crítica intelectual ao ocidentalismo e outros extremismos, ao mesmo tempo que reivindica reformas estruturais acadêmicas, aspirando “criar espaços comuns com lugar para diferenciação” (BADR; GANTER, 2021, p. 2). Por esse caráter mais agregador do que segmentário, o *cosmopolitismo* demonstra mais vitalidade do que a *desocidentalização*, que “tem se perdido constantemente” (p. 2), pelo menos no modo de ver das autoras.

Todavia, quando comparadas metodologicamente, as abordagens *desocidental* e *cosmopolita* convergem em inúmeros aspectos, se levado em conta o que seus formuladores pregam na prática de pesquisa: ampliar e diversificar as lentes teóricas; privilegiar questões a partir de contextos historicamente negligenciadas; realizar estudos comparados, a fim de construir hipóteses e elaborar argumentos com base em evidências oriundas de análises transfronteiriças e globais (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 363-369; RICHTER *et al.*, 2025, p. 9-16).

As afinidades entre as perspectivas vão, portanto, da construção do objeto até a condução da investigação em si, orientadas pelo seguinte entendimento:

O que é relevante e tem poder explicativo em determinados contextos pode ser diferente em outros. É essencial questionar a relevância das questões de pesquisa em termos de sua significância em diferentes contextos e seu poder de direcionar as agendas e os debates acadêmicos. É necessário examinar as estruturas teóricas e a validade dos argumentos fundamentados em pressupostos epistemológicos e resultados oriundos de pesquisas de locais específicos (WAISBORD, 2025, p. 4).

A essa elaboração não se chega puramente pela ciência, cabendo a cada pesquisador o exercício intelectual e criativo de relacionar suas experiências individuais com o contexto mais amplo em que se insere, o que C. Wright Mills descreveu como *imaginação sociológica*, e aqui poderia ser reelaborado como *imaginação cosmopolita* (ver WAISBORD, 2025). Embora o processo intelectual não deva ser reduzido a uma questão de identidade, Jonathan Corpus Ong tem razão quando diz que o *cosmopolitismo* “nos permite observar as variadas espacialidades e temporalidades dos encontros entre o eu e o Outro, cada um com sua geografia de poder singular” (CORPUS ONG, 2009, p. 463).

Apesar dos enfoques e propostas não serem iguais, pode-se avaliar que conceitualmente a *cosmopolitização* contribui para a resolução da cisão reforçada pela *desocidentalização*, entre Oriente e Ocidente. Ao mesmo tempo, no entanto, o *cosmopolitismo* não deixa de ser um endosso a teorias da globalização cujos problemas não passam batido nos tratados pela *desocidentalização*. A diferença é que neste caso a pauta principal é a emancipação da dominação ocidental e naquele se desloca para a integração mundial.

O que muitas vezes escapa dos comunicólogos *cosmopolitas* é de que esse conceito não é de nada novo, remetendo a tradições filosóficas que não estão sendo necessariamente levadas em conta por eles. Pois *cosmopolitismo* é uma ideia ocidental antiga, de modo que se torna provocador, para não dizer contraditório, pensar em uma *cosmopolitização* que seja *desocidental*. Contemporaneamente designa um movimento de colaboração mútua, que extravasa as fronteiras geográficas e culturais, mas na medida em que idealiza uma “unificação mundial”, ainda lida com o desafio de não cair no velho universalismo, embora agora transvestido das bandeiras do multiculturalismo e da diversidade.

4. Decolonização

Antes de um *giro decolonial*, certa popularidade gozou o termo *pós-colonial*. Em dossiê para a revista *Communication Theory* em 2002, Radha S. Hegde e Raka Shome comemoram o que seria “a primeira edição [...] dedicada à teorização pós-colonial” (SHOME; HEGDE, 2002, p. 268). Um ramo do conhecimento que, segundo eles, “proporciona uma perspectiva histórica e internacional aprofundada para a compreensão do poder cultural”, mediante o estudo de “questões de raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade, que são de interesse para a pesquisa crítica contemporânea, ao situar esses fenômenos dentro de arranjos geopolíticos e relações entre nações e suas histórias inter/nacionais” (2002, p. 251).

E no que a perspectiva *decolonial* se diferencia? Para Last Moyo, um dos comunicólogos mais eloquentes dentro da especialidade, “tanto as teorias pós-coloniais quanto as decoloniais encontram sua inspiração, em parte, no pensamento anticolonial radical, especialmente em estudiosos como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Amílcar Cabral” etc. (MOYO, 2020, p. 100). Porém, enquanto a perspectiva identificada como pós-colonial teria se desenvolvido informada por movimentos como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, a “decolonial se identifica como uma crítica radical às fronteiras que emerge da exterioridade dos paradigmas teóricos euro-americanos” (MOYO, 2020, p. 5).

Já Antje Glück aponta os marcadores geográficos como diferenciadores. Visto que a corrente pós-colonial se origina com os “estudiosos da diáspora sul-asiática e do Oriente Médio”, enquanto os “estudiosos da decolonialização provêm principalmente da América do Sul” (GLÜCK, 2018, p. 5) – a exemplo do sociólogo peruano Aníbal Quijano e do semiólogo argentino Walter Mignolo, a quem se atribui pioneirismo nesta última corrente de pensamento (ver TORRICO, 2019; AMARAL, 2021; MAGALLANES-BLANCO, 2022).

Emancipação, resistência e subalternidade são conectores entre as linhas de interpretação que se desenvolveram em ambos os lados do Atlântico. Privilegiando a ideia de *decolonialidade*, Last Moyo e Bruce Mutsvaio a conceituam como uma “teoria combativa, revolucionária e, sobretudo, libertadora, originária do Sul” (2018, p. 26). Acrescentando que:

Representa a insurreição dos saberes silenciados, exemplificados pelas lutas e histórias de baixo para cima que existem nas fronteiras criadas pela modernidade ocidental. Como conceito, a própria fronteira deixou de ser um espaço de contenção do Outro para se tornar uma resistência epistêmica. Consequentemente, a decolonialidade, enquanto epistemologia da fronteira, opõe-se à modernidade ocidental enquanto sistema e ordem injustos. É uma epistemologia que busca modernidades alternativas que imaginem um mundo da vida radicalmente diferente da modernidade colonial (MOYO; MUTSVAIRO, 2018, p. 26).

Especificamente para Moyo, trata-se de uma teoria-ação cuja “principal ocupação é a busca pela liberdade psicocultural do ex-subalterno/colonizado do domínio opressivo do sistema mundial moderno/colonial/capitalista” (MOYO, 2020, p. 123). Embora os pilares que sustentam essa estrutura de opressão devam ser tombados, prescreve-se que isso seja feito com precaução, para não se deixar levar por “falsas alternativas” do calor do momento, uma vez que a “liberdade epistêmica nos estudos de mídia e comunicação, por exemplo, não pode ser alcançada por meio do projeto anti-eurocentrismo eurocêntrico, pois este representa a espada do opressor, que não pode voltar contra si mesmo” (MOYO, 2020, p. 5).

A *decolonialidade* pode ser melhor compreendida, no fim de contas, simultaneamente como uma perspectiva para uma leitura crítica da realidade sócio-histórica como um modo de intervenção no presente para fins transformativos. Para Wunpini F. Mohammed, esse é um compromisso a ser compartilhado, de forma radical, por todos os produtores de conhecimento que estão realmente interessados em “desmantelar sistemas epistemológicos prejudiciais e construir sistemas para responsabilizar acadêmicos oportunistas, de modo que não continuem

a causar danos em comunidades marginalizadas por meio de sua incompetência cultural e abordagens de pesquisa ocidentais” (MOHAMMED, 2022, p. 21)

Dado que a lógica da *colonialidade* acomete a sociedade por inteiro, não sendo a escola nem a universidade exceções, convém decerto repensar e mudar o que e como se ensina, inclusive aos comunicólogos em formação. Isso porque segundo Kehbuma Langmia não seria exagero admitir que “a área da comunicação tem estado em estado de ‘coma’” (LANGMIA, 2024, p. 277), embora o problema não seja exclusivo desta. Na verdade, “todo o currículo educacional na África tem espelhado as experiências ocidentais em detrimento das experiências locais africanas ou negras” (LANGMIA, 2024, p. 277).

A situação do ensino se soma à da pesquisa, ainda que não falte quem logre adaptar com criticidade ideias e abordagens importadas e aplicá-las com originalidade a casos locais. Para Wunpini Mohammed, “descolonizar os estudos de mídia africanos também significa abrir-nos à flexibilidade epistemológica, buscando em outros contextos do Sul Global com os quais compartilhamos proximidade cultural, a fim de nos valermos de teorias, conceitos e métodos para estudar nossas próprias comunidades” (MOHAMMED, 2021, 134). Conduta essa que deve ser ao mesmo tempo crítica, imanente e propositiva.

Entre os expoentes dessa perspectiva no campo comunicacional da América Latina, Erick Torrico iria ainda mais longe epistemologicamente, ao chegar a postular a existência de duas formas de concepção de comunicação: uma ocidental e outra “ex-cêntrica”, ou *decolonial*. A primeira em referência a uma “ideia unidirecional, mediatizada, instrumentalizante e reificadora da relação significativa entre os seres humanos”, representada pelo “acúmulo estadunidense-europeu de elaborações conceituais fragmentadas, contraditórias e, portanto, parciais que se relacionam ao fenômeno comunicacional” (TORRICO, 2019, p. 94).

Essa concepção oriunda das escolas ocidentais estaria em contraste com a perspectiva *decolonial*, insurgida como extensão do pensamento crítico latino-americano e, por isso, devedora de nomes como Luis Ramiro Beltrán e sua *comunicologia da libertação* (TORRICO, 2010). Melhor explicando:

Na concepção dos pensadores críticos da América Latina, a comunicação é um processo constitutivo do humano e do social, preexiste aos meios que a transmitem ou amplificam e supõe a construção de um com-saber (um “conhecimento com o outro”) em uma relação recíproca de natureza dialógica e convivial que deve ser realizada dentro de uma estrutura de direitos (TORRICO, 2019, p. 101).

Em vista disso, pode-se dizer que, embora haja o cuidado por parte de alguns no sentido de evitar binarismos, o que predomina ao fim e ao cabo é a justaposição entre Norte e Sul, entre hegemonia e subalternidade, entre verticalidade e horizontalidade, entre opressão e libertação. Agora, todavia, o que se constrói é um imaginário de um Norte defasado que tem a aprender com um Sul emergente. E que, portanto, compete a este último ser o protagonista na criação de novas epistemologias – as quais se fazem necessárias inclusive para repensar os campos tidos como mais progressistas, a exemplo do feminismo (PINDI, 2021).

Para outros isso ainda é muito pouco. Mais do que ressignificar conceitos e práticas, há que se mirar no principal: o modo e os meios de produção. Tanja Bosch adverte de que, conforme os apelos pela *decolonização* ganham adeptos e espaço institucionais, “à medida que o termo circula mais amplamente, ele é frequentemente despojado de suas implicações radicais e materiais, transformando-se em um gesto de inclusão, representação ou reforma” (BOSCH, 2025, p. 1715). Quando, na realidade, “descolonizar [...] não é diversificar um campo já existente”, e, sim, “desestabilizar materialmente as infraestruturas – epistêmicas, tecnológicas, institucionais – que reproduzem o império” (p. 1715).

Conforme avança, o discurso *decolonial* parece, contudo, perder de vista que sua crítica é historicamente indissociável do referido campo, dado que o fenômeno da comunicação pública mediada e o interesse por sua reflexão acadêmica são produtos do desenvolvimento dos tempos modernos. Ao mesmo tempo, passa por alto em reconhecer que, em outras épocas e contextos, também existiram sujeitos politizados com interesses de pesquisa afins, mas que sem se identificarem como *decoloniais* e, sim, como patriotas, não pouparam críticas ao sistema colonial do qual se emanciparam, tal como o caso da intelectualidade brasileira oitocentista em relação a Portugal (ver DAROS, 2024, p. 53-90).

5. Discussão

Se deixado de fora este ou aquele discurso mais radical, é consensual entre os adeptos das diferentes correntes de que já passou da hora de “encontrar maneiras de romper com todos os paroquialismos, refletir sobre as condições do trabalho intelectual e diversificar as concepções, as evidências e as estruturas analíticas no estudo da comunicação” (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 370). Que é necessário – e não menos importante – “criar a

possibilidade de um novo paradigma de conhecimento transepistêmico, nascido do diálogo entre epistemologias do Sul e do Norte no campo” (MOYO, 2020, p. 2).

Tem-se passado por uma conscientização mais geral de que não apenas a mídia é produtora de estereótipos que marginalizam, mas também o campo acadêmico o é. Visto que não faltam estudiosos que mostram “como a mídia sediada no Norte continua a representar o Sul Global em termos negativos, como um lugar onde prevalecem a pobreza, a corrupção, as doenças e a fome” (Willems, 2014a, p. 18); por outro lado, suas pesquisas mais operam dentro desses enquadramentos e referenciais, do que os descontroem. O que não isenta os acadêmicos “sulistas” de igualmente emitirem juízos equivocados e redutores sobre as tradições que se importaram para seus contextos (ver RAY, 2012, p. 242-224).

A solução aparentemente sempre é colocar todos envolvidos em diálogo, porque o que está em jogo é de interesse coletivo, dado que “devemos questionar abordagens que se baseiam no estadunidense/eurocentrismo, não apenas porque nos impedem de encontrar explicações mais convincentes, mas também porque nos impedem de encontrar explicações mais convincentes” (RICHTER *et al.*, 2025, p. 10). Do contrário, sem tal reorganização do campo, “nossa compreensão da mídia permanecerá falha, incompleta e centrada no Ocidente” (GLÜCK, 2018, p. 21).

Eis a justificativa para concentrar esforços em pró de “uma agenda de ensino e pesquisa internacionalizada”, visando “incentivar pesquisadores a fortalecerem vínculos acadêmicos e profissionais para desenvolver projetos conjuntos que investiguem fenômenos transnacionais de mídia e cultura” (THUSSU, 2009, p. 5). Porém, não se pode ser ingênuo e achar que as oportunidades não esbarram em inúmeros desafios e limitações materiais: escassez de financiamento, barreiras linguísticas, distância geográfica etc.

A despeito de todos estarem de acordo com esses pontos, à medida que passamos do plano das generalidades para o das especificidades que caracteriza cada proposta em tela, fica evidente que o diálogo entre os autores, em geral, só existe superficialmente. Seus projetos desenvolvem-se com reivindicações e abordagens que são distintas, para não dizer antagônicas epistemologicamente.

A começar pelo fato de que a *decolonialidade* não deixa de constituir uma crítica tanto ao *cosmopolitismo* quanto à *desocidentalização*, embora se tenda a enfatizar o que há de comum (GLÜCK, 2018; SUZINA; SARTORETTO, 2021). Mas para os experts em *decolonialidade*, não resta dúvida de que a *desocidentalização* nasce originalmente de uma

“visão liberal-pluralista” a serviço de um modelo de internacionalização hegemônico, em que “a teoria ocidental precisava ser aplicada e testada em outros contextos sociais, culturais e geográficos além do Ocidente” (MOYO, 2020, p. 52).

Quer dizer, que do ponto de vista da perspectiva *decolonial* a *desocidentalização*, tal como a *cosmopolitização*, tende à normatização e à contra-revolução, pois, em vez de combater a ordem global hegemônica, trata de reforçá-la mediante uma política de inclusão a quem foi fadado a ser “periférico”. Ainda, a *desocidentalização* não está livre de ser instrumentalizada pelos acadêmicos já inseridos em contextos privilegiados, enquanto estratégia de integração internacional do Sul em vantagem do Norte.

O *cosmopolitismo* não faria diferente, sendo mais um dos “mitos que sustentam a internacionalização liberal” (MOYO, 2020, p. 46). O contraponto a isso ficaria a cargo da *decolonialidade*, em sua capacidade de desmascaramento dos “entrelaçamentos ilusórios entre o Norte Global e o Sul Global” (MOYO, 2020, p. 8), os quais estão “presentes em discursos como cosmopolitismo, hibridismo, mistura e caldeirões culturais, que são, em grande medida, produtos de uma poderosa mentira pós-modernista” (p. 8).

O enfoque sobre o local ou global é outro dilema que divide *decoloniais* e *cosmopolitas*. Tanto é que enquanto os primeiros reivindicam à supervalorização dos saberes indígenas (MAGALLANES-BLANCO, 2022), os estudiosos da segunda linha advertem de que “um retorno a formas de conhecimento centradas na nação e na região pode parecer necessário para promover o saber indígena, mas contraria uma sensibilidade cosmopolita necessária para evitar as limitações geoculturais do conhecimento” (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 368).

Embora os adeptos da *cosmopolitização* reconheçam o problema geral da falta de contextualização na prática da pesquisa internacional, argumenta-se ao mesmo tempo “que a perspectiva cosmopolita deve constituir os fundamentos teóricos do paradigma da globalização e ajudar a assegurar a mudança para uma perspectiva pós-nacional” (CHALABY, 2007, p. 79). O que se contrapõe à *decolonialidade* como campo de estudo dos contextos historicamente marginalizados, vítimas inclusive de velhas e novas teorias da globalização que seguem subjugando o particular em detrimento do suposto universal.

Se o *cosmopolitismo* advoga uma *deep internationalization* (RICHTER *et al.*, 2025), isso se revela uma faca de dois gumes para o *decolonial*. Uma vez que, por um lado, propicia oportunidades para acadêmicos “sulistas” de ingresso e participação em instituições internacionais sediadas no Norte; por outro lado, do ponto de vista interior da realidade do

Sul Global, o que se quer regionalmente é desfazer a influência euro-estadunidense do ensino à pesquisa, introduzida no passado por meio de projetos internacionais vindos “de cima”.

Se o *cosmopolitismo* vislumbra a integração dos estudiosos “sulistas” em associações, periódicos e outros espaços da comunidade dita internacional, o *decolonial* ensina a luta pela desconstrução de todos os domínios e lógicas de perpetuação de desigualdades. Pois a *decolonialidade* fundamenta-se em “resistir à captura por instituições [...] e geografias dominantes” (BOSCH, 2025, p. 1718), o que “exige um compromisso com a construção de formas alternativas de conhecimento, citação, colaboração e teorização que não extraiam das margens para enriquecer o centro, mas que redistribuam o poder” (BOSCH, 2025, p. 1723).

Já no ensino, considera-se criar um ambiente “que incentive, apoie e facilite a produção de conhecimento sobre África por africanos” (MOHAMMED, 2021, 136), para não falar em outros povos historicamente destituídos de protagonismo na produção de conhecimento. Mas há quem entre estes veja com preocupação a aplicação de um raciocínio étnico-geográfico. E recomenda o oposto: “evitar uma situação em que estudiosos indianos estudem apenas textos indianos e estudiosos chineses estudem apenas textos chineses”, tendo em vista que “uma abertura a todas as tradições é necessária no interesse do conhecimento” (RAY, 2012, p. 247).

Resumindo, as diferenças sobressaltam as semelhanças à medida que se adentra no conteúdo das diferentes propostas. Com base no que foi revisado, tentou-se organizar abaixo um quadro com o que é principal de cada demanda, embora como se observou as correntes não são homogêneas em seu interior, comportando vozes que podem promover aproximações e distanciamentos.

TABELA 1
Quadro diferenciador de conceitos e abordagens

	Cosmopolitização	Desocidentalização	Decolonização
Missão	Valorizar o que é comum a todas as partes, vislumbrando a formação de uma comunidade global e agenda comum.	Descentralizar processos e dinâmicas assentadas no Ocidente, visando contemplar igualmente o Oriente.	Propor perspectivas alternativas ao eurocentrismo, por meio do resgate de saberes locais marginalizados.

Ação	Integrar	Equiparar	Romper
Lógica	Externalista	Binária	Internalista
Risco	Dissolução das fronteiras e seus marcadores de desigualdade, reproduzindo o centro como global.	Reiteração contínua da divisão entre Ocidente e Oriente, inibindo iniciativas comuns que operem sob lógicas outras.	Limitação ao comunitarismo identitário, desestimulando diálogos mais amplos e trocas externas.

FONTE – AUTOR.

6. Considerações finais

À luz de tudo o que foi exposto, pode-se concluir que no século XXI *decolonização*, *desocidentalização* e *cosmopolitização* atualizam e retomam questões vistas no fim do século XX com os estudos *pós-coloniais*, *subalternos* e *críticas* ao imperialismo não só cultural e midiático, mas também intelectual e científico. Em comum, as diferentes correntes são produtos da formação de massa crítica tanto nos contextos historicamente hegemônicos quanto dos contextos marginalizados, já que existem em sinergia.

A intenção aqui não foi chegar a um juízo de valor para legitimar uma demanda em detrimento de outra, mas desentranhar o significado de seus projetos epistemológicos visando à reflexão crítica. Mediante cotejamento, buscou-se esclarecer que *cosmopolitização*, *desocidentalização* e *decolonização* não se equivalem no todo, pois comportam e propõem abordagens que se diferenciam, muitas vezes sendo até inconciliáveis.

O que o exame conceitual comparado acaba por demonstrar é que em vez de um diálogo pacífico e articulado em prol de “um campo de estudos de mídia e comunicação mais pluriversal e verdadeiramente ‘global’” (WILLEMS, 2014b, p. 428), as reivindicações pela *decolonização*, *desocidentalização* e *cosmopolitização*, com suas diferenças, fazem da dinâmica da internacionalização senão uma dialética.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.; OLIVEIRA, T. M.; SANTOS JUNIOR, M. A.; ALBUQUERQUE, S. O. F. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. **Communication, Culture and Critique**, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2022.
- AMARAL, M. E. P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.
- BADR, H.; GANTER, S. Towards Cosmopolitan Media and Communication Studies: Bringing Diverse Epistemic Perspectives into the Field. **Global Media Journal**, v. 11, n. 1, p. 1-7, 2021.
- BOSCH, T. Decolonisation is not a vibe: On anti-capitalist praxis, citation politics and epistemic refusal. **Media, Culture & Society**, v. 47, n. 8, p. 1714-1724, 2025.
- BOCZKOWSKI, P. J.; SILES, I. Steps toward cosmopolitanism in the study of media technologies. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 5, p. 560-571, 2014.
- BOYD-BARRETT, O.; MIRRLEES, T. (org.). **Media Imperialism: Continuity and Change**. Londres: Rowman & Littlefield, 2020.
- CHALABY, J. Beyond Nation-Centrism: Thinking International Communication from a Cosmopolitan Perspective. **Studies in Communication Sciences**, v. 7, n. 1, p. 61-83, 2007.
- CORPUS ONG, J. The cosmopolitan continuum: locating cosmopolitanism in media and cultural studies. **Media, Culture & Society**, v. 31, n. 3, p. 449-466, 2009.
- CURRAN, J.; PARK, M.-J. Beyond globalization theory. In: CURRAN, J.; PARK, M.-J. (org.). **De-Westernizing Media Studies**. Londres: Routledge, 2000. p. 2-15.
- DAROS, O. **História e conhecimento do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2024.
- DAROS, O.; RÜDIGER, F. Paradigm Shift in Mid-Twentieth Century Brazilian Journalism: A Negative Dialectics of Decoloniality? **Journalism Studies**, v. 23, n. 13, p. 1703-1720, 2022.
- DEMETER, M.; GOYANES, M.; NAVARRO, F.; MIHALIK, J.; MELLADO, C. Rethinking De-Westernization in Communication Studies: The Ibero-American Movement in International Publishing. **International Journal of Communication**, v. 16, p. 3027-3046, 2022.
- GANTER, S. A.; ORTEGA, F. The Invisibility of Latin American Scholarship in European Media and Communication Studies: Challenges and Opportunities of De-Westernization and Academic Cosmopolitanism. **International Journal of Communication**, v. 13, p. 68-91, 2019.
- GLÜCK, A. De-Westernization and Decolonization in Media Studies. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.898>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- GUNARATNE, S. A. De-Westernizing communication/social science research: opportunities and limitations. **Media, Culture & Society**, v. 32, n. 3, p. 473-500, 2010. <https://doi.org/10.1177/0163443709361159>
- HALLIN, D. C.; Mancini, P. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. (org.). **Comparing Media Systems beyond the Western World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ITO, Y. (1987). Mass Communication Research in Japan: History and Present State. **Annals of the International Communication Association**, v. 10, n. 1, p. 49-85, 1987.

KHIABANY, G. De-westernizing Media Theory, or Reverse Orientalism: 'Islamic Communication' as Theorized by Hamid Mowlana. **Media, Culture & Society**, v. 25, n. 3, p. 415-422, 2003.

LANGMIA, K. Decolonizing Communication Theories. **Howard Journal of Communications**, v. 35, n. 3, p. 277-278, 2024.

LECHUGA, M.; ASWAD, N. G. "Decolonization" As a Metaphor, Not a Movement, in Communication Studies: A Critical Thematic Meta-Analysis of the Discipline. **Communication Studies**, v. 75, n. 4, p. 407-424, 2024.

MAGALLANES-BLANCO, C. Media and Communication Studies. What is there to Decolonize? **Communication Theory**, v. 32, n. 2, p. 267-272, 2022.

MARQUES, F. P. J.; KNISS, A. B.; GOYANES, M.; OLIVEIRA, T. De-Westernizing Communication Studies Through Domesticating the Global South: A Critical Examination of the Mechanisms Shaping Scholarly Participation in the Field. **International Journal of Communication**, v. 19, p. 3761-3787, 2025.

MARQUES DE MELO, J. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Editora Pioneira, 1972.

MATTELART, A. **Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

MEYEN, M. The IAMCR Story: Communication and Media Research in a Global Perspective. In: SIMONSON, P.; PARK, D. W. (org.). **The International History of Communication Study**. Nova York: Routledge, 2016. p. 90-106.

MOHAMMED, W. F. Decolonizing African Media Studies. **Howard Journal of Communications**, v. 32, n. 2, p. 123-138, 2021.

MOHAMMED, W. F. Bilchiinsi philosophy: Decolonizing methodologies in media studies. **Review of Communication**, v. 22, n. 1, p. 7-24, 2022.

MOYO, L. **The Decolonial Turn in Media Studies in Africa and the Global South**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

MOYO, L.; MUTSVAIRO, B. Can the Subaltern Think? The Decolonial Turn in Communication Research in Africa. In: MUTSVAIRO, B. (org.). **The Palgrave Handbook of Media and Communication Research in Africa**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 19-40.

NORDENSTRENG, K. (2008). Institutional networking: The story of the International Association for Media and Communication Research (IAMCR). In: PARK, D. W.; POOLEY, J. (org.). **The History of Media and Communication Research: Contested Memories**. Nova York: Peter Lang. p. 225-248.

PINDI, G. N. Promoting African knowledge in communication studies: African feminisms as critical decolonial praxis. **Review of Communication**, n. 21, v. 4, p. 327-344, 2021.

RAY, T. To de-westernize, yes, but with a critical edge: A response to Gunaratne and others. **Media, Culture & Society**, v. 34, n. 2, p. 238-249, 2012.

RICHTER, C., RADUE, M., HORZ-ISHAK, C., LITVINENKO, A., BADR, H., & FIEDLER, A. Cosmopolitan communication studies: Toward deep internationalization. An introduction. *In*: RICHTER, C., RADUE, M., HORZ-ISHAK, C., LITVINENKO, A., BADR, H., & FIEDLER, A. (org.). **Cosmopolitan Communication Studies: Toward Deep Internationalization**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2025. p. 7-25.

ROUQUIÉ, A. **O Extremo-Ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1992.

SHOME, R.; HEGDE, R. S. Postcolonial Approaches to Communication: Charting the Terrain, Engaging the Intersections. **Communication Theory**, v. 12, n. 3, p. 249-270, 2002.

SIEBERT, F. S., PETERSON, T., & SCHRAMM, W. **Four Theories of the Press**: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet Communist concepts of what the press should be and do. Champaign: University of Illinois Press, 1956.

SUZINA, A. C.; SARTORETTO, P. M. Dossier Latin American Communicational Thinking: challenges and perspectives of de-westernization of the Global South. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 18, n. 51, p. 6-15, 2021.

THUSSU, D. K. Introduction. *In*: THUSSU, D. K. (org.). **Internationalizing Media Studies**. Londres: Routledge, 2009. p. 1-10.

THUSSU, D. K. De-Americanising Media Studies and the Rise of “Chindia”. **Javnost – The Public**, v. 20, n. 4, p. 31-44, 2013.

TORRICO, E. La Comunicología de Liberación, otra fuente para el pensamiento decolonial. Una aproximación a las ideas de Luis Ramiro Beltrán. **Quórum Académico**, n. 7, v. 1, p. 65-77, 2010.

TORRICO, E. Por una Comunicación ex-céntrica. **MATRIZes**, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

WAISBORD, S. De-Westernization and cosmopolitan media studies. *In*: CHAN, C. C. (org.). **Internationalizing “International Communication”**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015. p. 178-200.

WAISBORD, S. Communication Studies Without Frontiers? Translation and Cosmopolitanism Across Academic Cultures. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 868-886, 2016.

WAISBORD, S. What is next for de-westernizing communication studies? **Journal of Multicultural Discourses**, v. 17, n. 1, p. 26-33, 2022.

WAISBORD, S. The cosmopolitan imagination: a call for global communication studies. **Journal of Communication**, p. 1-10, 2025.

WAISBORD, S.; MELLADO, C. De-westernizing Communication Studies: A Reassessment. **Communication Theory**, v. 24, n. 4, 361-372, 2014.

WANG, G. Beyond de-Westernizing communication research: an introduction. *In*: WANG, G. (org.). **De-Westernizing Communication Research: Altering Questions and Changing Frameworks**. Londres: Routledge, 2011. p. 1-18.

WASSERMAN, H.; BEER, A. Towards De-Westernizing Journalism Studies. *In*: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH T. (org.). **The Handbook of Journalism Studies**. Londres: Routledge, 2009. p. 428-438.

WILLEMS, W. Beyond Normative Dewesternization: Examining Media Culture from the Vantage Point of the Global South. **The Global South**, v. 8, n. 1, p. 7-23, 2014a.

WILLEMS, W. Provincializing Hegemonic Histories of Media and Communication Studies: Toward a Genealogy of Epistemic Resistance in Africa. **Communication Theory**, v. 24, n. 4, 2014, p. 415-434, 2014b.